

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Regulamento n.º 1/2007, 14 de Novembro
Audidores dos Organismos de Investimento Colectivo

Com a criação dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC), pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, urge regulamentar a figura dos Audidores referenciada no artigo 33º deste diploma, enquanto entidade prestadora de serviços aos OIC;

Considerando que a figura dos Audidores Certificados se encontra regulada pelo Decreto-Lei n.º 12/2000, de 28 de Fevereiro, que cria a Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas, designada Ordem, e aprova os respectivos Estatutos;

Considerando que a Ordem se encontra em instalação e as suas tarefas estão a ser asseguradas por uma Comissão Instaladora;

Enquanto isso, qualquer referência à Ordem deve entender-se referida à Comissão Instaladora;

Nestes termos,

Ouvida a Comissão Instaladora,

e,

Ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 4º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 52/V/98, de 11 de Maio, conjugado com o número 2 do artigo 166º do Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, o Banco de Cabo Verde, através da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, designada AGMVM, aprova o seguinte Regulamento:

Artigo 1º

Âmbito de aplicação e definição

1. É aprovado o regulamento dos Audidores dos Organismos de Investimento Colectivo.
2. Audidores são profissionais de auditoria com capacidade para exercer a profissão e, como tal, certificados pela Ordem.

Artigo 2º

Registo de auditores

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

1. Podem ser registados na AGMVM como auditores, o auditor em nome individual e as sociedades de auditores, habilitados a exercer a sua actividade em Cabo Verde, cuja inscrição na Ordem não se encontre suspensa, e que sejam dotados de meios humanos, materiais e financeiros necessários para assegurar a sua idoneidade, independência e competência técnica.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, os auditores devem satisfazer, pelo menos, as seguintes condições:
 - a) Ter a sociedade um número de auditores ao serviço permanente, não inferior a três, e cujo um dos sócios deve ter, no mínimo, cinco anos de exercício efectivo de profissão e a venha exercendo em regime de exclusividade há, pelo menos, três anos;
 - b) O auditor em nome individual deve ter, no mínimo, cinco anos de exercício efectivo da profissão e a venha exercendo em regime de exclusividade há, pelo menos três anos;
 - c) Ter uma situação patrimonial líquida não inferior a 5.000.000 (cinco milhões de escudos);
 - d) Ter a sociedade um volume de negócios não inferior a 25.000.000 (vinte e cinco milhões de escudos) ou ser a totalidade dos honorários do auditor em nome individual não inferior a 15.000.000 (quinze milhões de escudos);
 - e) Cada cliente não pode representar mais de 15% do total do volume anual de negócios da sociedade ou total anual dos honorários do auditor em nome individual ou limite inferior definido nos termos do Código de Ética e Deontologia Profissional da Ordem de Auditores e Contabilistas Certificados;
 - f) Deter um seguro de responsabilidade profissional de montante não inferior a 50.000.000 (cinquenta milhões de escudos);
 - g) Possuir conhecimentos adequados sobre instrumentos financeiros e sobre o funcionamento do mercado de valores mobiliários;
 - h) Demonstrar dispor dos meios de organização, humanos e materiais adequados ao exercício das funções.
3. Para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 2, consideram-se meios adequados, nomeadamente, os seguintes:
 - a) Dispor de organização que permita que os processos referentes aos serviços de auditoria a prestar sejam sujeitos a um controlo interno de qualidade e a controlo de qualidade da Ordem de



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Audidores certificados, executado em conformidade com as recomendações que vierem a ser emanadas da IFAC (*International Federation of Accountants*);

- b) Dispor de escritório permanente equipado com meios informáticos que permitam desenvolver adequadamente o trabalho de auditoria;
- c) Dispor de documentação e publicações adequadas que permitam a permanente atualização e formação técnica.

Artigo 3º

Instrução do pedido de registo

1.0 pedido de registo dos auditores deve ser solicitado através de requerimento dirigido à AGMVM, instruído com os seguintes elementos:

- a) Certidão emitida pela Ordem há menos de 60 dias relativamente à data do pedido de registo, atestando que o auditor se encontra em pleno exercício da sua capacidade profissional, nos termos da alínea f) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 12/2000, de 28 de Fevereiro;
- b) Declaração dos auditores, emitida sob compromisso de honra, de que se encontram preenchidos os requisitos exigidos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo anterior;
- c) Registo disciplinar emitido pela Ordem, há menos de 60 dias em relação à data do pedido de registo, relativo ao auditor ou a qualquer das pessoas ao seu serviço;
- d) Certificado do registo criminal dos sócios da sociedade de auditores ou do auditor em nome individual;
- e) Currículo académico e profissional dos sócios ou do auditor em nome individual acompanhado de cópia dos relatórios anuais elaborados no último exercício;
- f) Cópia do contrato de sociedade em vigor à data do pedido de registo e indicação do Boletim Oficial em que foi publicado, quando se trate de uma sociedade de auditores;
- g) Currículo do requerente com indicação, nomeadamente, dos seus clientes e a descrição dos pontos utilizados;
- h) Descrição pormenorizada da organização e meios humanos e materiais ao dispor do auditor, mencionando as instalações, escritório permanente, pessoal e outros meios que lhe garantam a verificação das condições definidas no n.º 3 do artigo anterior;

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- i) Cópia dos contratos de prestação de serviço que o auditor tenha celebrado com seus colaboradores;
 - j) Cópia do título que legitime o uso das instalações e escritório permanente do auditor;
 - l) Cópia do contrato de seguro a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo anterior;
 - m) Relatório de gestão e contas da sociedade de auditores respeitante aos três últimos exercícios, ou apenas aos exercícios decorridos, se tiver sido constituída há menos de três anos ou, no caso de se tratar de auditor em nome individual, cópia do MOD. 111 da declaração do IUR respeitante aos últimos três anos.
2. O requerente deve responder aos pedidos de informação ou de esclarecimento relativos ao registo na AGMVM no prazo que lhe for fixado, sob pena de indeferimento do pedido.
 3. Completada a instrução do processo, e antes de decidir, a AGMVM solicita o parecer da Ordem dos Auditores e Contabilistas certificados, considerando-se que esta concorda com a concessão do registo se não se pronunciar no prazo de 20 dias a partir da data em que o receba.
 4. O registo ou a sua recusa devem ser comunicados pela AGMVM ao requerente no prazo de 30 dias contados desde a receção do pedido, devidamente instruído, valendo o silêncio como deferimento do pedido.

Artigo 4.º

Fatos sujeitos a averbamento

1. Ao registo dos auditores são averbadas as seguintes alterações aos elementos referidos no n.º 1 do artigo anterior:
 - a) Alterações ao contrato social da sociedade de auditores;
 - b) Alterações do domicílio profissional do auditor quando for em nome individual.
2. Os averbamentos são solicitados pelos interessados à AGMVM, no prazo de 10 dias a contar da data de verificação das alterações, mediante requerimento instruído com todos os documentos necessários para o efeito.

Artigo 5º

Informação auditada



BOLSA DE VALORES CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Para efeitos do disposto no presente regulamento, está sujeita a relatório ou a parecer elaborado por auditor registado na AGMVM a informação financeira contida nos documentos de contas referidos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro.

Artigo 6º

Conteúdo do relatório ou parecer do auditor

1. A informação constante do relatório ou parecer elaborado por auditor certificado registado na AGMVM deve:
 - a) Ser tecnicamente precisa, concisa e adequadamente sistematizada;
 - b) Mencionar, expressamente, os fatos ou circunstâncias ocorridas, entre a data a que se reporta a informação financeira e a data da emissão do relatório ou parecer, que sejam ou devam ser do conhecimento do auditor e se mostrem susceptíveis de afectar de modo relevante a informação constante dos documentos de prestação de contas.

Artigo 7º

Deveres gerais dos auditores

- 1.0 auditor deve cumprir todas as normas técnicas de revisão e de auditoria aprovadas ou reconhecidas pela Ordem.
2. O relatório e o parecer obedecem aos modelos de relato aprovados pela AGMVM, ouvida a Ordem, e que satisfaçam todos os requisitos previstos nos artigos anteriores
3. No relatório, o auditor deve proporcionar um nível de segurança aceitável e a sua opinião deve ser expressa de forma positiva.
4. No parecer, o auditor pode proporcionar uma segurança moderada emitindo uma opinião expressa de forma negativa.

Artigo 8º

Elaboração do relatório ou parecer

O relatório ou parecer deve ser elaborado por auditor registado na AGMVM, devendo ser assinado por um sócio com mais de 5 anos de exercício efectivo da profissão, no caso de sociedades de auditores.

Artigo 9º

Dever de comunicação

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Os auditores que prestem serviços ao OIC com unidades de participação admitidas a negociação em Bolsa devem comunicar imediatamente à AGMVM os fatos respeitantes a essas entidades de que tenham conhecimento no exercício das suas funções, quando sejam susceptíveis de:

- a) Constituir crime ou ilícito de mera ordenação social previsto em norma legal;
- b) Afectar a continuidade do exercício da actividade do OIC;
- c) Justificar a emissão de reservas, escusa de opinião, opinião adversa ou impossibilidade de emissão de relatório ou de parecer.

Artigo 10º

Lista dos auditores registados na AGMVM

1. Os registos de auditores e os respectivos averbamentos são objecto de publicação no boletim da AGMVM e no boletim do mercado regulamentado onde as unidades de participação dos OIC auditados estão admitidas a negociação.
2. Semestralmente, com referência a 1 de Janeiro e a 1 de Julho de cada ano, a AGMVM promove a publicação, no seu boletim da lista actualizada dos auditores registados, nos termos do presente regulamento, e cujo registo não se encontre suspenso ou cancelado.
3. A lista a que se refere o número anterior é organizada por antiguidade de registo, com indicação da firma ou nome do auditor em nome individual, da sede da sociedade ou domicílio profissional e do nome dos sócios.

Artigo 11º

Fatos sujeitos a comunicação à AGMVM

1. As sociedades de auditores registadas na AGMVM devem enviar a esta entidade, nos 30 dias imediatos à aprovação dos documentos da respectiva prestação de contas anuais, os seguintes elementos:
 - a) Relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados e anexos ao balanço e demonstração de resultados;
 - b) Cópia da acta da assembleia-geral de aprovação de contas;
 - c) Lista completa de clientes;



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

- d) Lista dos nomes completos de todos os colaboradores ao serviço com indicação daqueles que possuem grau de licenciatura ou bacharelato;
 - e) Quaisquer alterações aos elementos referidos no n.º 1 do artigo 3.º do presente regulamento e que não estejam sujeitos a averbamento.
2. Os auditores em nome individual registados devem enviar à AGMVM, o mais tardar até ao dia 31 de Maio, cópia do MOD. 111 da declaração de IUR bem como os elementos previstos nas alíneas c) e d) do número anterior.

Artigo 12º

Conflito de interesses

1. Sem prejuízo do regime das incompatibilidades previstas no Decreto-lei n.º 12/2000, de 28 de Fevereiro, os auditores registados na AGMVM bem como, no caso de sociedades, os respetivos sócios, não podem ser beneficiários de vantagens particulares ou deter, diretamente ou por interposta pessoa, quaisquer valores mobiliários emitidos pelas entidades a quem prestem os serviços previstos no artigo 33.º do Decreto-lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro.
2. O disposto no número anterior é aplicável aos cônjuges dos auditores em nome individual e dos sócios das sociedades de auditores.

Artigo 13º

Suspensão e cancelamento

1. O registo é cancelado se:
 - a) Tiverem sido prestadas falsas declarações ou o registo tiver sido obtido por meios ilícitos;
 - b) Deixar de se verificar algum dos requisitos de que dependa a sua concessão;
 - c) Ocorrer qualquer outro fato que, nos termos da lei, implique necessariamente o cancelamento ou suspensão da inscrição na lista a que se refere o artigo 10.º do presente regulamento.
 - d) O auditor incorrer nalguma das situações de incompatibilidade previstas no artigo anterior
 - e) O trabalho produzido pelo auditor não satisfizer, na opinião fundamentada da AGMVM, com parecer prévio da Ordem, o padrão de qualidade exigível.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

2. O registo pode ser ainda suspenso ou cancelado a pedido do auditor, quando pretenda cessar ou interromper temporariamente o exercício das funções consignadas neste regulamento.
3. Quando, pela sua natureza, o fato ou situação determinantes do cancelamento do registo não afectem de maneira definitiva a qualificação técnica, idoneidade moral ou a independência do auditor e possam ser sanados em prazo razoável, a AGMVM pode limitar-se a suspender o registo pelo período que considere adequado, não podendo a suspensão ser inferior a 6 meses nos casos das alíneas d) e e) do número 1.
4. A suspensão e o cancelamento do registo são determinados pela AGMVM, de cuja decisão cabe recurso contencioso para os tribunais, nos termos gerais.

Artigo 14º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Boletim Oficial.

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, na Praia, aos 19 de Outubro de 2007. - A Auditora Geral, Maria Encarnação Alves Silva Rocha.

B.O. n.º 45 – II Série, de 14 de novembro de 2007